

APRESENTAÇÃO

Vivemos em tempos marcados por complexidades profundas, onde o conceito de justiça é constantemente desafiado por novas formas de violência e pela necessidade de respostas mais humanas e inclusivas. Esta obra reúne análises sofisticadas e discussões imprescindíveis, colocando em foco caminhos para uma justiça que transcenda a punição e se torne efetivamente restauradora e transformadora.

Na Itália, a Reforma Cartabia, emerge como um fio condutor poderoso, questionando as fronteiras do possível ao estender os percursos restaurativos para qualquer crime, independente de sua gravidade. Essa decisão audaciosa, porém, levanta um debate necessário: poderiam práticas restaurativas – moldadas pelo diálogo e pela reparação – ser verdadeiramente adequadas em casos tão sensíveis quanto a violência de gênero e doméstica?

Longe de oferecer respostas simplistas, esta obra adota uma abordagem crítica e fundamentada, iluminando as tensões entre inovação jurídica e salvaguardas essenciais. Alguns exemplos trágicos, como o emblemático “Caso Julia” – de uma jovem revitimizada por um sistema que deveria protegê-la – revelam as falhas de um modelo punitivo que negligencia a dignidade da vítima. A necessidade de construir protocolos sólidos de escuta qualificada e sigilo emerge como uma prioridade absoluta para impedir que a sociedade agrave ainda mais os danos já sofridos por aqueles em situação de vulnerabilidade.

Na interseção entre o avanço tecnológico e o aumento da violência digital, o leitor é levado a refletir sobre as novas dinâmicas de opressão de gênero, como o uso de *deepfakes* e outras práticas de exposição não consensual. Aqui, a proteção de dados surge como um direito fundamental e uma bússola vital, mas sua eficácia só é real quando combinada com uma análise interseccional que considera as diferentes camadas de vulnerabilidade – raça, gênero, orientação sexual e status social. Conforme demonstrado, a “cegueira normativa” só perpetua desigualdades estruturais, e isso precisa ser urgentemente desconstruído.

A revista também nos conduz ao universo da violência doméstica e no namoro, contextos em que as relações de controle e manipulação ainda são frequentemente invisibilizadas ou naturalizadas. Para combater isso, ferramentas como o “Violentômetro” são apresentadas como aliadas valiosas na conscientização de jovens e na promoção de relações saudáveis. Além disso, destaca-se o papel crucial da hermenêutica protetiva, aplicada sob a lente de

princípios como o *in dubio pro vítima*, reafirmando a centralidade da proteção da vítima sem abrir mão dos pilares do Estado de Direito.

Na confluência desses temas, a Justiça Restaurativa emerge como uma prática transformadora e desafiadora. Longe de ser uma solução simplista, sua aplicação exige um compromisso responsável e rigoroso. Os textos reunidos aqui demonstram que, embora as resistências em casos de violência de gênero sejam legítimas e compreensíveis, o caminho não deve ser interditado por proibições generalizadas. Pelo contrário, esta obra argumenta que devemos olhar para cada caso com uma sensibilidade única, combinando salvaguardas processuais, capacitação dos operadores de justiça e um profundo respeito pelas vítimas – sempre colocando a dignidade humana no centro de tudo.

Além disso, a obra destaca o impacto promissor da Justiça Restaurativa em outros contextos: no sistema educacional, onde conflitos são transformados em oportunidades de aprendizado, e nas comunidades, onde feridas sociais podem ser curadas pela via do diálogo. Com base na premissa de que “todas as pessoas e ambientes são interconectados e dignos”, este trabalho nos convida a reinventar a justiça como um processo de cura, reparação e construção de um futuro mais justo.

Esta obra é uma chamada urgente – e esperançosa – para repensarmos o mundo ao nosso redor.

Celeste Cordeiro Leite dos Santos

Coordenadora Científica

Maria Celeste Cordeiro Leite dos Santos

Coordenadora Científica

PRESENTATION

We live in times marked by profound complexities, where the concept of justice is constantly challenged by new forms of violence and the need for more humane and inclusive responses. This publication brings together sophisticated analyses and essential discussions, focusing on pathways toward a justice that goes beyond punishment to become truly restorative and transformative.

In Italy, the Cartabia Reform emerges as a powerful guiding thread, pushing the boundaries of possibility by extending restorative pathways to any crime, regardless of its severity. This bold decision, however, raises a necessary debate: can restorative practices – shaped by dialogue and reparation – truly be appropriate in cases as sensitive as gender-based and domestic violence?

Far from offering simplistic answers, this work adopts a critical and well-founded approach, shedding light on the tensions between legal innovation and essential safeguards. Tragic examples, such as the emblematic “Julia Case” – involving a young woman re-victimized by a system meant to protect her – reveal the failures of a punitive model that neglects the victim’s dignity. The urgent need to build solid protocols for qualified listening and confidentiality emerges as a top priority to prevent society from further deepening the harm already suffered by those in vulnerable situations.

At the intersection of technological advancement and the rise of digital violence, readers are invited to reflect on new dynamics of gender oppression, such as the use of deepfakes and other forms of non-consensual exposure. Here, data protection stands out as a fundamental right and a vital compass, but its effectiveness is only real when combined with an intersectional analysis that considers different layers of vulnerability – race, gender, sexual orientation, and social status. As demonstrated, “normative blindness” only perpetuates structural inequalities, and this must be urgently dismantled.

The journal also explores the realm of domestic and dating violence, contexts in which control and manipulation are still often invisible or normalized. To combat this, tools like the “Violentometer” are presented as valuable allies in raising awareness among youth and promoting healthy relationships. Furthermore, the crucial role of protective hermeneutics is highlighted, applied through principles such as *in dubio pro victim*, reaffirming the centrality of victim protection without compromising the pillars of the rule of law.

At the confluence of these themes, Restorative Justice emerges as a transformative and challenging practice. Far from being a simplistic solution, its application requires responsible and rigorous commitment. The texts gathered here show that, although resistance in cases of gender-based violence is legitimate and understandable, the path should not be blocked by blanket prohibitions. On the contrary, this work argues that each case must be approached with unique sensitivity, combining procedural safeguards, training for justice operators, and deep respect for victims – always placing human dignity at the center of everything.

Moreover, the publication highlights the promising impact of Restorative Justice in other contexts: in the educational system, where conflicts are transformed into learning opportunities, and in communities, where social wounds can be healed through dialogue. Based on the premise that “all people and environments are interconnected and worthy,” this work invites us to reinvent justice as a process of healing, reparation, and building a more just future.

This work is an urgent – and hopeful – call to rethink the world around us.

Celeste Leite dos Santos

Scientific Coordinator

Maria Celeste Cordeiro Leite dos Santos

Scientific Coordinator

PRESENTACIÓN

Vivimos tiempos marcados por profundas complejidades, donde el concepto de justicia se ve constantemente desafiado por nuevas formas de violencia y por la necesidad de respuestas más humanas e inclusivas. Esta obra reúne análisis sofisticados y discusiones imprescindibles, enfocándose en caminos hacia una justicia que trascienda la mera sanción y se convierta en verdaderamente restaurativa y transformadora.

En Italia, la Reforma Cartabia surge como un hilo conductor poderoso, cuestionando los límites de lo posible al extender los recorridos restaurativos a cualquier delito, sin importar su gravedad. Esta decisión audaz, sin embargo, plantea un debate necesario: ¿podrían las prácticas restaurativas –basadas en el diálogo y la reparación– ser realmente adecuadas en casos tan sensibles como la violencia de género y doméstica?

Lejos de ofrecer respuestas simplistas, esta obra adopta un enfoque crítico y fundamentado, iluminando las tensiones entre la innovación jurídica y las salvaguardas esenciales. Algunos ejemplos trágicos, como el emblemático “Caso Julia” –una joven revictimizada por un sistema que debía protegerla– revelan las fallas de un modelo punitivo que descuida la dignidad de la víctima. La necesidad de construir protocolos sólidos de escucha cualificada y confidencialidad surge como una prioridad absoluta para evitar que la sociedad agrave aún más los daños ya sufridos por quienes se encuentran en situación de vulnerabilidad.

En la intersección entre el avance tecnológico y el aumento de la violencia digital, el lector es invitado a reflexionar sobre las nuevas dinámicas de opresión de género, como el uso de *deepfakes* y otras prácticas de exposición no consensuada. Aquí, la protección de datos aparece como un derecho fundamental y una brújula vital, pero su eficacia solo es real cuando se combina con un análisis interseccional que considere las distintas capas de vulnerabilidad –raza, género, orientación sexual y estatus social. Como se demuestra, la “ceguera normativa” solo perpetúa desigualdades estructurales, y esto debe ser urgentemente desmontado.

La revista también nos lleva al universo de la violencia doméstica y en el noviazgo, contextos en los que las relaciones de control y manipulación aún son frecuentemente invisibilizadas o naturalizadas. Para combatir esto, herramientas como el “Violentómetro” se presentan como aliadas valiosas en la concienciación de los jóvenes y en la promoción de relaciones saludables. Además, se destaca el papel crucial de la hermenéutica protectora, aplicada

bajo el prisma de principios como el *in dubio pro víctima*, reafirmando la centralidad de la protección de la víctima sin renunciar a los pilares del Estado de Derecho.

En la confluencia de estos temas, la Justicia Restaurativa emerge como una práctica transformadora y desafiante. Lejos de ser una solución simplista, su aplicación exige un compromiso responsable y riguroso. Los textos aquí reunidos demuestran que, aunque las resistencias en casos de violencia de género son legítimas y comprensibles, el camino no debe ser bloqueado por prohibiciones generalizadas. Por el contrario, esta obra argumenta que debemos mirar cada caso con una sensibilidad única, combinando salvaguardas procesales, capacitación de los operadores de justicia y un profundo respeto por las víctimas –siempre colocando la dignidad humana en el centro de todo.

Además, la obra destaca el impacto prometedor de la Justicia Restaurativa en otros contextos: en el sistema educativo, donde los conflictos se transforman en oportunidades de aprendizaje, y en las comunidades, donde las heridas sociales pueden ser sanadas a través del diálogo. Basada en la premisa de que “todas las personas y entornos están interconectados y son dignos”, este trabajo nos invita a reinventar la justicia como un proceso de sanación, reparación y construcción de un futuro más justo.

Esta obra es un llamado urgente –y esperanzador– a repensar el mundo que nos rodea.

Celeste Cordeiro Leite dos Santos

Coordinadora científica

Maria Celeste Cordeiro Leite dos Santos

Coordinadora científica

PRÉSENTATION

Nous vivons une époque marquée par des complexités profondes, où le concept de justice est constamment mis à l'épreuve par de nouvelles formes de violence et par la nécessité de réponses plus humaines et inclusives. Cet ouvrage rassemble des analyses sophistiquées et des discussions essentielles, mettant en lumière des voies vers une justice qui dépasse la punition pour devenir véritablement restaurative et transformatrice.

En Italie, la Réforme Cartabia émerge comme un fil conducteur puissant, remettant en question les limites du possible en étendant les parcours restauratifs à tout type de crime, quelle que soit sa gravité. Cette décision audacieuse soulève toutefois un débat nécessaire : les pratiques restauratives – fondées sur le dialogue et la réparation – peuvent-elles réellement convenir à des cas aussi sensibles que les violences de genre et domestiques ?

Loin de proposer des réponses simplistes, cet ouvrage adopte une approche critique et rigoureuse, mettant en lumière les tensions entre innovation juridique et garanties fondamentales. Certains exemples tragiques, comme le célèbre « Cas Julia » – une jeune femme revictimisée par un système censé la protéger – révèlent les failles d'un modèle punitif qui néglige la dignité de la victime. La nécessité de construire des protocoles solides d'écoute qualifiée et de confidentialité apparaît comme une priorité absolue pour éviter que la société n'aggrave encore les dommages subis par les personnes en situation de vulnérabilité.

À l'intersection entre progrès technologique et augmentation de la violence numérique, le lecteur est invité à réfléchir aux nouvelles dynamiques d'oppression de genre, telles que l'utilisation de *deepfakes* et d'autres pratiques d'exposition non consentie. Ici, la protection des données se présente comme un droit fondamental et une boussole vitale, mais son efficacité n'est réelle que si elle est combinée à une analyse intersectionnelle prenant en compte les différentes couches de vulnérabilité – race, genre, orientation sexuelle et statut social. Comme le montre l'ouvrage, la « cécité normative » ne fait que perpétuer les inégalités structurelles, et cela doit être déconstruit de toute urgence.

La revue nous conduit également dans l'univers des violences domestiques et dans les relations amoureuses, des contextes où les dynamiques de contrôle et de manipulation sont encore souvent invisibilisées ou banalisées. Pour y faire face, des outils comme le « Violentomètre » sont présentés comme des alliés précieux dans la sensibilisation des jeunes et la promotion de re-

lations saines. De plus, le rôle crucial de l'herméneutique protectrice est mis en avant, appliquée à travers des principes tels que *in dubio pro víctima*, réaffirmant la centralité de la protection de la victime sans renoncer aux piliers de l'État de droit.

À la confluence de ces thématiques, la Justice Restaurative apparaît comme une pratique transformatrice et exigeante. Loin d'être une solution simpliste, son application requiert un engagement responsable et rigoureux. Les textes réunis ici démontrent que, bien que les résistances dans les cas de violences de genre soient légitimes et compréhensibles, le chemin ne doit pas être bloqué par des interdictions généralisées. Au contraire, cet ouvrage soutient que chaque cas doit être abordé avec une sensibilité unique, en combinant garanties procédurales, formation des acteurs judiciaires et profond respect des victimes – en plaçant toujours la dignité humaine au cœur de toute démarche.

Par ailleurs, l'ouvrage met en lumière l'impact prometteur de la Justice Restaurative dans d'autres contextes : dans le système éducatif, où les conflits deviennent des opportunités d'apprentissage, et dans les communautés, où les blessures sociales peuvent être guéries par le dialogue. Fondé sur la prémisse que « toutes les personnes et tous les environnements sont interconnectés et dignes », ce travail nous invite à réinventer la justice comme un processus de guérison, de réparation et de construction d'un avenir plus juste.

Cet ouvrage est un appel urgent – et porteur d'espoir – à repenser le monde qui nous entoure.

Celeste Cordeiro Leite dos Santos

Coordnatrice scientifique

Maria Celeste Cordeiro Leite dos Santos

Coordnatrice scientifique

PRESENTAZIONE

Viviamo in tempi segnati da profonde complessità, in cui il concetto di giustizia è costantemente messo alla prova da nuove forme di violenza e dalla necessità di risposte più umane e inclusive. Quest'opera raccoglie analisi sofisticate e discussioni imprescindibili, focalizzandosi su percorsi verso una giustizia che vada oltre la punizione per diventare realmente riparativa e trasformativa.

In Italia, la Riforma Cartabia emerge come un potente filo conduttore, sfidando i confini del possibile estendendo i percorsi riparativi a qualsiasi reato, indipendentemente dalla sua gravità. Questa decisione audace solleva tuttavia un dibattito necessario: le pratiche riparative – basate sul dialogo e sulla riparazione – possono davvero essere adeguate in casi tanto delicati quanto la violenza di genere e domestica?

Lungi dal proporre risposte semplicistiche, quest'opera adotta un approccio critico e fondato, illuminando le tensioni tra innovazione giuridica e garanzie essenziali. Alcuni esempi tragici, come il celebre “Caso Julia” – una giovane donna rivittimizzata da un sistema che avrebbe dovuto proteggerla – rivelano le falle di un modello punitivo che trascura la dignità della vittima. L'urgenza di costruire protocolli solidi di ascolto qualificato e riservatezza emerge come una priorità assoluta per evitare che la società aggravi ulteriormente i danni già subiti da chi si trova in situazioni di vulnerabilità.

All'intersezione tra progresso tecnologico e aumento della violenza digitale, il lettore è invitato a riflettere sulle nuove dinamiche di oppressione di genere, come l'uso dei *deepfake* e altre pratiche di esposizione non consensuale. In questo contesto, la protezione dei dati si configura come un diritto fondamentale e una bussola vitale, ma la sua efficacia è reale solo se combinata con un'analisi intersezionale che consideri i diversi livelli di vulnerabilità – razza, genere, orientamento sessuale e status sociale. Come dimostrato, la “cecità normativa” non fa che perpetuare disuguaglianze strutturali, e ciò deve essere urgentemente decostruito.

La rivista ci conduce anche nell'universo della violenza domestica e nelle relazioni sentimentali, contesti in cui le dinamiche di controllo e manipolazione sono ancora spesso invisibilizzate o normalizzate. Per contrastarle, strumenti come il “Violentometro” vengono presentati come alleati preziosi nella sensibilizzazione dei giovani e nella promozione di relazioni sane. Inoltre, viene evidenziato il ruolo cruciale dell'ermeneutica protettiva, applicata attraverso principi come *in dubio pro vittima*, riaffermando la centralità della

protezione della vittima senza rinunciare ai pilastri dello Stato di diritto.

Alla confluenza di questi temi, la Giustizia Riparativa emerge come una pratica trasformativa e impegnativa. Lungi dall'essere una soluzione semplicistica, la sua applicazione richiede un impegno responsabile e rigoroso. I testi qui raccolti dimostrano che, sebbene le resistenze nei casi di violenza di genere siano legittime e comprensibili, il percorso non deve essere ostacolato da divieti generalizzati. Al contrario, quest'opera sostiene che ogni caso debba essere affrontato con una sensibilità unica, combinando garanzie procedurali, formazione degli operatori della giustizia e profondo rispetto per le vittime – ponendo sempre la dignità umana al centro di tutto.

Inoltre, l'opera evidenzia l'impatto promettente della Giustizia Riparativa in altri contesti: nel sistema educativo, dove i conflitti si trasformano in opportunità di apprendimento, e nelle comunità, dove le ferite sociali possono essere sanate attraverso il dialogo. Basata sul principio che “tutte le persone e gli ambienti sono interconnessi e degni”, questa pubblicazione ci invita a reinventare la giustizia come processo di guarigione, riparazione e costruzione di un futuro più giusto.

Quest'opera è un appello urgente – e pieno di speranza – a ripensare il mondo che ci circonda.

Celeste Leite dos Santos

Coordinatrice scientifica

Maria Celeste Cordeiro Leite dos Santos

Coordinatrice scientifica